

Nome: Ana Clara Antunes Costa de Andrade

Título: Climate Fraud and Carbon Colonialism: The New Trade in Greenhouse Gases

Autores: Heidi Bachram

Ideias Centrais:

O artigo é dividido em 13 partes.

1. Introduction

Começa dizendo sobre como as Mudanças Climáticas ocorrem em todo mundo e afetam principalmente os países menos responsáveis pelas emissões. Com essa crise, o IPCC (1995) conclui ser necessário reduzir as emissões em 50-70%, e isso levará a assinatura do Protocolo de Kyoto (1997)

O Protocolo de Kyoto tem como resultado um acordo sobre a redução das emissões em 5,2% em relação aos valores de 1990 (e hoje vemos que são metas insuficientes. Assim, estabelecem o mercado de emissões, que contribui com a **Injustiça Ambiental**.

2. What is Emissions Trading?

No protocolo de Kyoto, há o “polluters”, que são os países que concordaram com metas de redução de suas emissões de gases em um período de tempo pré-definido. Eles possuem os “emissions credits”, que acaba sendo uma “licença para poluir”.

Esses emissions credits se referem aos créditos de carbono (1tCO₂ é o equivalente a 1 crédito).

Neste cenário, há três situações possíveis:

- i. Saldo positivo (emissão menor do que os créditos recebidos)
- ii. Saldo negativo (emissão maior que os créditos) - Aqui surge a necessidade de comprar créditos de outros atores
- iii. Investimentos em projetos de "Desenvolvimento Limpo", para acumular créditos que podem ser vendidos ou usados

Outro destaque importante são os “Clean Development Mechanism” (CDM), que é atuado em países sem meta de redução. E o “Joint Implementation (JI)”, países com meta de redução.

A quantidade de créditos ganhos por cada projeto é calculada como a diferença entre o nível de emissões com o projeto e o nível de emissões que ocorreria em um futuro alternativo imaginado sem o projeto. Porém, ele permite que a empresa polua mais em outros locais, venda seus créditos para outros poluidores, ou ambos, em vista do lucro. Suas consequências são: (1) aumento das emissões de GEE e (2) aumento do lucro corporativo obtido com sua produção - Os poluentes são intercambiáveis.

3. Climate Fraud

Neste item, é comentado que a pouca regulação sobre o comércio de carbono cria espaço para fraudes. Como é no caso de incentivos governamentais para grandes corporações que se comprometeram a reduzir emissões voluntariamente. Porém, as regulações já estabeleciam limites para as emissões, e isso levou o recebimento de incentivos monetários para fazer algo que já era feito.

4. Monitoring the Monitors

Há alguns projetos sobre geradores de créditos (artigo de 2004, hoje há muito mais). Porém, não há consenso sobre o monitoramento internacional do comércio de emissões ou nas

reduções de GEE.

Contraste: As gigantes do petróleo BP e Shell, possuem seu comércio interno e um automonitoramento - Eles admitem que a medição das emissões relatadas “nunca é 100% precisa”. No entanto, não há corroboração independente para esses números, pois os dados foram monitorados internamente pela própria empresa

Barreiras: como lidar com a grande quantidade de comércio e projetos que ocorrerá globalmente.

5. Carbon Colonialism

Neste item é discutido projetos de fixação de carbono como forma de colonialismo. Trazem as questões do CDM e de Implementação Conjunta baseados na compensação, que acaba sendo uma solução fácil e rápida, que não envolve mudanças estruturais e ainda trazem o termo de “carbono neutro” como uma estratégia de marketing para as empresas.

Para mostrar isso, é levantada a questão das plantações de monoculturas de eucalipto, que trazem consigo inúmeros problemas.

6. Might Makes Right

Uma das ironias mais trágicas do Protocolo de Kyoto é que “sumidouros de carbono” só podem se qualificar para créditos de emissão se forem administrados por aqueles com status oficial, ou seja:

Floresta tropical -> indígenas: não podem obter créditos.

Monocultura -> Estado ou Empresa privada: pode obter créditos e comercializar.

Pessoas comuns não são reconhecidas pelo processo oficial

As negociações do Protocolo de Kyoto não criaram apenas **um regime de direitos de propriedade para a atmosfera**. Também concedeu uma participação de controle aos piores poluidores do mundo, como a UE, alocando créditos com base em emissões históricas. Uma relação semelhante se aplica ao processo que levou ao acordo de Kyoto

Um crédito de emissões garante ao seu proprietário o direito de despejar uma certa quantidade de GEE na atmosfera - Como a atmosfera, talvez o último bem comum global, é usada

7. The 1992 Rio Earth Summit and Climate Change

Antes da Cúpula da Terra, no Rio, 1992, EUA e UE se opuseram a reduções obrigatórias nas emissões de GEE em um Comitê de Negociação Internacional. Como contraste: Em 1991, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) instituiu um departamento sobre comércio de GEE.

A UNCTAD também criou a Associação Internacional de Comércio de Emissões (IETA).

As propostas formais para o comércio de emissões, no entanto, não foram feitas até meados da década de 1990. A essa altura, a pesquisa da UNCTAD sobre o comércio de GEE estava bem avançada; nunca buscou pesquisar outras alternativas, ou mesmo outros instrumentos baseados no mercado, como os impostos sobre a poluição. O viés neoliberal da ONU, neste caso, parece menos uma questão de sucumbir à pressão corporativa do que de uma cultura organizacional orientada para soluções amigáveis às corporações como uma coisa natural

8. The Role of Corporations

A importância e o papel das corporações.

As corporações também promovem soluções favoráveis aos negócios por meio de “parcerias” com ONGs, governos e a ONU. Chamadas de Parcerias Público-Privadas (PPPs), que foi reforçada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo em 2002 (onde 280 PPPs foram apresentadas).

Falta de vontade política por parte do governo + Entusiasmo das corporações + vontade de assumir o controle.

Kyoto “faria mais para promover os negócios do que qualquer outra iniciativa regulatória”

9. Co-opting NGOs

Durante o Fórum Global das ONGs, em 1992, foi formulado um tratado alternativo que abordava criticamente o mercado de emissões.

Cooptação das ONGs por grandes corporações. Muitas ONGs menores e movimentos sociais ainda se posicionam contra o mercado de carbono

A mudança de discurso na COP6 (2000), maior aceitação do comércio de emissões, tiveram três causas principais:

1. Convencimento das entidades pelo discurso ganha-ganha
2. Crença na importância do apoio das empresas
3. Grandes investimentos das empresas em projetos de ONGs - em troca de: Aprovação moral das empresas conferida pelas ONGs (conflito de interesse).

10. The Impact of the World Trade Organization on Emissions Trading

Argumento defensores do comércio de emissões: 1. À medida que os esquemas são implementados, as regras que os governam podem ser reforçadas e melhoradas, e a fraude evitada; 2. Querem o livre comércio irrestrito de créditos de GEE, em vez de regulamentação e impostos governamentais para alcançar reduções de emissões - Visão ingênua e desonesta.

À medida que o comércio de emissões emerge como o principal componente da política governamental de mudança climática, as regras para seu uso terão que estar em conformidade com as regras gerais que regem o comércio.

11. Environmental Justice

Mercado de emissões:

- Possibilidade de emitir mais poluentes localmente e compensá-los em outra região: Fábricas estão distribuídas desigualmente, concentrando-se principalmente nas proximidades de comunidades de menor renda, negras e latinas - Aumento da poluição permitido pelo mercado de carbono atinge diretamente a população do entorno
- Demanda muitos investimentos, recursos e tempo: Investimentos poderiam ser destinados a alternativas mais efetivas e justas.

12. The Alternative

Alternativas para este cenário:

1. Regulamentação governamental, seja por meio de tributação, penalidades por poluição ou correções tecnológicas.

Traz a questão dos monopólios, eles sufocam a diversidade e a inovação.

2. Iniciativas de bases: Projetos de pequena escala equilibram as relações sociais e injustiça econômica com a sustentabilidade ambiental já surgiram ao redor do mundo

Traz três exemplos: Centre for Alternative Technology em Wales, ESCANDA na Espanha e o Khanya College em Joanesburgo.

Essas iniciativas representam empoderamento e democracia.

Todos esses projetos comunitários têm em comum é uma combinação inovadora, porém prática, de economia, ecologia, democracia e participação.

Conclusões:

13. Conclusions

Tendências liberais no cenário internacional dificultam o estabelecimento de uma regulação rígida do Mercado de Carbono.

Se o mercado de emissões for fortemente regulado, seu apelo às corporações será reduzido.

Mesmo que seja regulado, o mercado de carbono não desafia as assimetrias de poder e a lógica de produção e consumo dos países industrializados e grandes empresas - Sendo assim, representa uma nova forma de colonialismo: "carbon colonialism".

Esse novo colonialismo se reveste de um discurso com apelo moral, aparentemente alinhado ao enfrentamento das mudanças climáticas, mas sem atacar suas causas.

O consumo exagerado dos países mais ricos se mantém, e atores mais poderosos tiram vantagem de populações com menos influência, reproduzindo uma lógica imperialista, de injustiça ambiental.

Dessa forma, uma crise ambiental deixada principalmente pelos antigos colonizadores é convertida em oportunidade de mercado

Citações destaque:

In addition, as we shall show, emissions trading is rife with controversy and the potential for exacerbating environmental and social injustice. The changes necessary to avert climate catastrophe are simple enough, namely, a switch away from fossil fuels and to renewable energy like solar and wind, along with a reduction in energy use generally. Instead, world leaders have taken ten years to agree to inadequate targets and the deeply flawed mechanism of emissions trading - página 6

The key questions revolve around whether the concept of "carbon offsetting" is either tenable or desirable - página 11

Corporations also promote business-friendly solutions through "partnerships" with NGOs, governments and the UN - página 14.

As the colonizers seek to resolve climate change, they conveniently "forget" the true source of the problem - página 19.